

**Seminário “TERRORISMO “
Prevenção e intervenção na linha da frente**

11 de Março de 2018

DISCURSO DA SG SIRP

Embaixadora Maria da Graça Mira Gomes

11MAR19

Começo por cumprimentar todos os participantes no Seminário dedicado à prevenção e intervenção na luta contra o terrorismo, muito em especial os nossos convidados e oradores neste evento promovido pelo SIS, a quem cabe igualmente agradecer a iniciativa.

Passam hoje 15 anos desde o ataque na estação de comboios em Madrid, que tantas vidas levou. A memória das vítimas e dos seus familiares e amigos permanece viva entre nós.

É neste dia que os europeus se unem simbolicamente para condenar esse e outros atentados terroristas e para prestar homenagem àqueles que, na Europa e nos mais diferentes locais do mundo, sofreram de um modo ou de outro as consequências de tais acções violentas e injustificáveis.

Nesse sentido, peço que se associem a mim e que guardemos agora um minuto de silêncio, em sentido respeito para com todas as vítimas de ataques terroristas.

Muito obrigada.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

No espaço de abertura e liberdade em que vivemos nas sociedades europeias, muitos há que se aproveitam para agir de forma covarde contra princípios de base das nossas democracias e contra direitos tão fundamentais como o direito à vida. A realidade que nos envolve em termos securitários é pois, por vezes, de um realismo brutal. Não podemos deixar de nos manter alerta contra riscos e ameaças que permanecem activos.

Cabe às entidades governamentais responsáveis assegurar em primeiro lugar a segurança dos seus cidadãos, tema que se mantém no topo das suas principais preocupações.

Cabem-lhe também prever medidas concretas de protecção às vítimas de ataques terroristas por forma a corresponder às suas necessidades.

Os Serviços de Informações estão na linha da frente, na prevenção e no combate ao terrorismo, nomeadamente de matriz jihadista internacional, e também na luta contra extremismos violentos. A cooperação internacional com os nossos congéneres nestas matérias é essencial, como é naturalmente a cooperação com os nossos parceiros das Forças e Serviços de Segurança, bem assim das Forças Armadas.

Aproveito assim a ocasião para transmitir o nosso agradecimento pela colaboração prestada aos seus representantes aqui presentes.

Trabalham os Serviços de Informações igualmente de forma profícua com os Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna e da Justiça, entre outros, porque a abordagem preconizada em apoio às vítimas do terrorismo não pode deixar de ser abrangente e multissetorial.

Na mesma perspectiva se afigura indispensável a colaboração com entidades privadas, ONGs, Institutos de apoio à vítima, ou outros, cujos membros se empenham pessoalmente de forma dedicada neste domínio. Não será sempre fácil expressar a nossa solidariedade, mas o importante é aprender com elas, com as pessoas que foram vítimas do terrorismo, para proteger a sua dignidade e ao mesmo tempo garantir a sua estabilidade e segurança.

É com esse espírito que trabalhamos nos Serviços de Informações: procurando conjugar os princípios de Direitos Humanos e da Democracia e, ao mesmo tempo, na defesa intransigente da segurança dos nossos cidadãos e do nosso país.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Permitam-me que expresse uma especial preocupação para com as crianças vítimas do terrorismo, seja por força de actos mais isolados seja no âmbito de conflitos armados. Mesmo neste último caso, segundo a abordagem adoptada pela UE – que nós partilhamos – as crianças devem ser tratadas

primeiramente como vítimas. E, a meu ver, merecem ser encaradas como a prioridade.

Cada uma destas crianças deverá também ser vista como um caso particular, em função das circunstâncias especiais em que se encontra, sempre com respeito pelos seus direitos, e com humanidade. Sabemos que a situação é especialmente complicada em teatros de crise ou de conflito e que a protecção e tratamento especiais devidos às crianças por vezes correm o risco de ser diminuídos.

Como tem vindo a lume, na zona de conflito da Síria/Iraque, permanecem em campos de detenção filhos de cidadãos de origem europeia, de ex-combatentes (os chamados *Foreign Fighters*). Entre elas, algumas poderão ter pais ou mães portuguesas.

Elas não escolheram, nasceram durante a ascensão, o domínio e o declínio da organização terrorista DAESH, foram transformadas em danos colaterais de uma guerra a que são alheias e a violência é, provavelmente, a única realidade que alguma vez conheceram.

Como referi, estas crianças – e outras haverá em outras zonas de conflito – merecem ser objecto de um apoio especial em termos de reintegração ou de enquadramento na sociedade, e nada melhor p.ex. do que voltar à escola, de poder brincar com outros colegas, ou – como dizia recentemente uma jornalista, a propósito das crianças que se encontram no conflito da Síria – elas precisam simplesmente de voltar a sorrir.

Porque reintegração significa uma intervenção a longo prazo, sempre no âmbito de uma abordagem abrangente e baseada no respeito pelos Direitos Humanos.

Não será nem uma tarefa fácil nem um processo rápido. Identidade e família são mais do que mero ADN: são o conjunto de valores, de relações de afectividade e de laços sociais que têm de ser restaurados. Temos pois defendido, ao longo dos anos, uma abordagem interdisciplinar, uma rede que possibilite a efectiva articulação entre os diversos atores – *intelligence*, diplomacia, investigação criminal, justiça, segurança, saúde e saúde mental, educação, segurança social, habitação – que promova a desradicalização e consiga a superação dos traumas.

Muito obrigada pela vossa participação e desejo uma boa continuação dos trabalhos, nestes temas que revestem grande actualidade.

Maria da Graça Mira Gomes

Secretária-Geral